

O SENTIDO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA EM "RAÍZES DO BRASIL"

"Raízes do Brasil", efetivamente, é um dos trabalhos que mais contribuem para a compreensão da evolução política da sociedade brasileira. Escrito na década de trinta, a agudeza de sua análise e a pertinência dos problemas levantados ganharam força e atualidade com o passar dos acontecimentos. Muitas das discussões contemporâneas sobre os desenlaces possíveis do impasse político presente na sociedade brasileira muito teriam a ganhar com sua reflexão aberta e despretensiosa.

A obra se move no contexto de uma problemática teórica tipicamente weberiana - a adequação de autoridade política do tipo legal-racional a uma realidade onde predomina uma autoridade de molde tradicional ou carismática. A influência de Weber, entretanto, vai mais além. Penetra na própria obra onde a história comparada através de tipos ideais é o método de exposição utilizado.

O esforço do autor é no sentido de mostrar que, como consequência do desenvolvimento de uma sólida base urbana e deslocamento do centro de gravidade do campo para a cidade, a questão

da estruturação e adequação das instituições políticas estava colocada para a sociedade brasileira. E mais, o sentido de seu desenvolvimento (da sociedade brasileira) é definido como sendo o da superação das formas rurais e arcaicas, que predominam na organização social colonial, pelas formas urbanas e modernas engendradas pelo desenvolvimento capitalista.

Para apresentar a "visão" do autor sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, que é a questão central tratada em "Raízes do Brasil", iniciaremos o trabalho baseando-nos no último capítulo do livro que contém de forma sintética e dinâmica as idéias relevantes.

O desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, engendrou no século XIX, em contraposição à economia colonial, uma sociedade urbana e moderna. Este processo descontínuo e assimétrico, no tempo e no espaço, que é o âmago da Revolução Brasileira, impõe a redefinição do quadro político institucional de forma a responder adequadamente à nova ordem social.

A sociedade portuguesa repassou e reforçou, no Brasil, alguns traços que se tornariam marcantes em nossa formação. Herdamos de Portugal a frouxidão de sua estrutura social oriunda de uma sociedade

com características não classicamente feudais, onde foi precoce o individualismo e, conseqüentemente, a necessidade de força exterior para dar coesão a essa sociedade, onde a inexistência de autodisciplina e de uma complexa divisão social do trabalho agiam antes no sentido de separar do que no de unir o tecido social.

O processo de colonização reforçou as características individualistas e não associativas na medida em que se estruturou, baseado nas grandes plantações para a exportação. Essas unidades tendiam à auto-suficiência (ou quando não, eram supridas diretamente pelos produtos vindos da metrópole) e a complexa divisão social do trabalho que existia em seu interior estava submetida à autoridade inquestionável do fazendeiro, vale dizer, não criavam laços de associação baseados nas atividades econômicas, antes, criavam laços sociais de caráter pessoal e informal. Do ponto de vista político, a grande família proprietária de terras era a unidade básica. Aqui também as formas específicas de estruturação eram informadas pelos laços pessoais e afetivos. Em resumo, na economia colônia, a ordenação da sociedade, em seus diferentes níveis, estava calcada em relações onde predominava o personalismo.

Com o desenvolvimento capitalista, rompe-se a ordem tradicional e aparece o problema de se estruturar a sociedade de uma autoridade de

caráter legal-racional. É nesse momento que as "Raízes" se explicitam de forma inequívoca. A ausência de tradição associativa, a existência de um individualismo mesclado com a indisciplina, a impossibilidade de se ordenar uma sociedade complexa pelas relações pessoais e informais irão condicionar a forma específica das instituições a serem criadas. A oposição estrutural anarquia-autoritarismo condicionará o discurso e a prática liberal. Um Estado das elites (e autoritário) será a criatura desses condicionamentos estruturais interagindo com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Ao contrário da democracia americana baseada, não em um monte de indivíduos, mas em um animado complexo de associações rigorosamente exclusivas, embora voluntárias, (e na pequena propriedade), Sergio Buarque identifica no personalismo e na inexistência de capacidade associativa raízes que atuam no sentido de inviabilizar o regime democrático no Brasil.

A questão, entretanto, não está fechada para o autor, identifica, também, "zonas de confluência" entre os ideais democráticos e tradições da nossa formação psicossocial. A ausência de preconceitos de raça e de cor, a valorização da autonomia individual, o apego ao discurso

democrático e a vida urbana cosmopolita seriam fatores que atuariam positivamente no sentido de uma real democracia.

O que "Raízes do Brasil" indica com uma clareza ímpar são as características essenciais da sociedade às quais se deverão adequar as instituições a serem criadas. A análise das "corruptelas" de instituições que foram transplantadas para o Brasil ilustra e reforça a tese.

Grande parte da obra mostra como que as instituições européias (e liberais) foram temperadas e distorcidas em nosso país. A tendência à apropriação privada da "coisa pública", o "Homem Cordial" ordenando a sociedade segundo regras pessoais, interagem com o processo de modernização institucional atribuindo uma configuração específica ao processo de transformação de um estado tradicional, que corresponde a uma sociedade patrimonialista, a um estado moderno.

A grande lavoura escravista, ao não integrar os homens livres (mas miseráveis), cunhou uma estrutura social que trazia no seu bojo elementos de anarquia e autoritarismo. A fraqueza da sociedade civil calcada em sua heterogeneidade estrutural e na incapacidade associativa determina, conseqüentemente, a existência do autoritarismo como um elemento constante na vida social.

Entretanto, esse caráter não entra em conflito com os "bacharéis liberais" que gerem o estado brasileiro. As elites, ao contrário, convivem com grande desenvoltura com o liberalismo no discurso e o autoritarismo na ação. Os fundamentos personalistas (e aristocráticos) onde se assenta a nossa vida social permitem, ao lado da apropriação conservadora do discurso liberal, a "apropriação" privada, e pelo pessoal, das instituições públicas. A própria cultura universal quando apresada pelos bacharéis - fazendeiros, é transformada em elemento estéril e inútil ao processo de transformação da sociedade brasileira.

O Autor, indubitavelmente, trava, ao pensar a Revolução Brasileira, uma luta com sua consciência liberal ao discutir a viabilidade (ou inviabilidade) da Democracia no Brasil. Consegue, com rasgos de genialidade, diferenciar que o historicamente progressista pode se afastar do "eticamente desejável", e mais, criticamente, constata que, no Brasil, o liberalismo só existiu na forma de retórica, dentro dos discursos dos nossos "bacharéis de fazenda".

A Revolução Brasileira, neste quadro, significa dissolver as sobrevivências arcaicas, as "Raízes" de nossa formação. É um processo

lento desencadeado com a destruição do esteio rural e com a sua não substituição por nada de novo. É um processo global que se move em todas as esferas da vida social e que só se completará na medida em que for constituído, acompanhando o desenvolvimento urbano-industrial, o novo aparelho político-institucional.

PEQUENOS FRUTOS: A DIMENSÃO ÉTICA DA CRISE BRASILEIRA

A crise que envolve a sociedade brasileira nos dias atuais revela, indubitavelmente, ao lado de aspectos econômicos, sociais e institucionais, uma dimensão ética que, a cada dia, é percebida como sendo fundamental para a estruturação da vida social.

As transformações materiais, sociais, políticas e culturais, que superaram as formas existentes de organização da vida social brasileira, geraram uma sensação de desagregação, estilhaçamento mesmo, que elimina, no momento, a aceitação de qualquer quadro referencial.

Numa sociedade onde, historicamente, a ordem social foi construída a partir de um sistema hierárquico – seja a casa-grande, seja o

estado patrimonialista – a crise das formas institucionais de regulação autoritária da vida social é percebida como uma fase onde a própria idéia de ordem passa ser, senão questionada, pelo menos fundada em outra lógica.

Ganha força a idéia de organização social a partir do cidadão, da sociedade civil, do indivíduo como microfundamento social propriamente dito, numa extensão ao político de uma visão particular de organização do econômico. Liberalismo econômico e político são percebidos como modelos estruturantes de uma nova sociedade, repetindo uma velha conhecida e bem brasileira tara de imitação.

Entretanto, tais modelos pressupunham, como veremos resumidamente, em suas formulações originais, uma dada ética que desempenhava papel central na transformação de ações individuais em ações sociais. Sem uma ética realizando essa operação, as ações individuais não necessariamente gravitarão em torno de resultados que viabilizem a vida social. No caso brasileiro, os controles políticos, antes que a sincronização de ações individuais através de uma ética, foram os construtores da vida social. Talvez aí resida nossa “vocação autoritária”, na medida em que a vida em sociedade pressupõe algum tipo de ordem. Na ausência de limites de consciência os exteriores tornam-se

imprescindíveis. A ruptura ou transformação desses geram um vazio e uma crise comportamental.

Por isso mesmo, nunca foi tão forte a percepção de que Macunaíma, nosso herói sem caráter, é muito mais do que uma criação literária. Parece ser, de fato, a revelação da alma de nossa sociedade.

A valorização da riqueza (do dinheiro e do consumo), o individualismo que anula a busca e implementação de soluções coletivas e a experiência vivenciada de que é possível ascender socialmente numa sociedade que, apesar de estratificada, apresenta grande mobilidade, fizeram do brasileiro muito mais um aventureiro do que um elemento afeito à rotina racional.

Não deve ser surpresa, portanto, encontrarmos, como um dos traços de caráter mais enraizados em nossa maneira de ser, a busca pelo sucesso a qualquer preço, respeitando apenas a regra de que “os fins justificam os meios”. “Levar vantagem” é um fim em si. E vantagem, nos dias atuais, é basicamente entendida como dinheiro. Fim que por si só é justificável e oblitera qualquer processo para sua realização. Ganhar

dinheiro sem trabalhar é uma atitude admirável. Do rico a única coisa que se exige é a simpatia, a cordialidade.

A ambição e valorização da riqueza material, que não é exclusiva da sociedade brasileira, foi, entretanto, conjugada com uma visão absolutamente negativa sobre o trabalho e práticas racionais. E essa mistura, nas proporções aqui encontradas, ganha uma relativa singularidade.

O puritanismo em suas origens combinou a busca por riqueza , a parcimônia (racionalidade na produção e consumo pessoal comedido) e o trabalho – forma de ascese racional – numa ética capitalista capaz de regular a vida de uma sociedade em que propriedade privada absoluta, trabalho livre e mercado livre surgiram como instituições constitutivas da nova estrutura social.

Esta ética capitalista criou uma sociedade , conjunto de instituições públicas e privadas, onde novas e estáveis relações sociais se desenvolveram reguladas pela equivalência das trocas e por uma separação de atividades civis (econômicas) e públicas (estatais). A expressão teórica desses fenômenos aparecerá no desenvolvimento da

economia política e do direito. A conjugação desses dois discursos liberais jogou papel importante na criação do moderno estado nacional e da idéia de cidadania. Elementos a partir dos quais ocorreu o desenvolvimento do capitalismo em suas diferentes variantes, que foram determinadas antes pela esfera do direito público (estado x cidadão) do que pelo direito civil (cidadão x cidadão).

Aqui convém darmos um esclarecimento. Mesmo em sociedades estratificadas, até nas escravocratas, ordem jurídica capitalista caracterizava-se pela separação público – privado e a regulação igualitária do direito civil entre aqueles que são considerados cidadãos.

O caso brasileiro, como já insinuamos, difere fundamentalmente dessa matriz histórica. O capital mercantil, um dos elementos fundamentais nas origens de nossa sociedade, trazia no seu bojo uma ética distinta, seria, a tomarmos a idéia weberiana, a ética de um “capitalismo pária”, “aventureiro”, em resumo, do capital mercantil que se valoriza a partir da troca desigual, onde o uso dos instrumentos políticos, até em sua forma violenta, são indispensáveis à obtenção de lucro. A racionalidade, entendida como adequação de meios a um determinado fim, não é peça fundamental desse elemento. Os fins, o enriquecimento, não impõem nenhuma regra para sua obtenção. A

riqueza é livre para escolher os meios, quaisquer meios. O trabalho e a organização racional não jogam, portanto, um papel especial. São apenas, se tanto, uns entre outros meios de obtenção da riqueza. A introdução do trabalho escravo, numa sociedade onde a ética do trabalho não joga papel fundamental, atua no sentido de construir o que poderíamos chamar de uma ética do não-trabalho. O trabalho é percebido apenas por seus aspectos negativos, como um atributo do escravo, do não-cidadão. Em suma, é uma atividade a ser evitada.

A formação de nossa ética, entretanto, sofre outras influências. A criação do espaço público, a separação radical entre público e privado, o abandono de instrumentos de poder como organizadores e operadores da ordem econômica são processos tardios e inconclusos em nossa história. A construção da cidadania é mediada com a permanência de particularismos, de assimetrias e distorções entre supostamente iguais. As relações pessoais, informais, cordiais ou violentas, ainda perpassam a organização da vida na esfera pública.

Por isso há complacências para com o ilícito, o exótico, o pouco ético, desde que haja simpatia. Os critérios pessoais e emocionais são parâmetros para os assuntos públicos. O julgamento estético e lúdico se impõe. A busca de riqueza e de consumo, numa sociedade

hipermercantilizada e heterogênea ao extremo, provoca um verdadeiro “cada um por si” e “de qualquer jeito”, onde o certo é o fim a ser alcançado.

Assim, mesmo quando criadas instituições modernas, semelhantes a de outros países, seus funcionamentos ganham personalidade própria. O uso privado da coisa pública é um vício, na esfera do direito público, semelhante às rupturas ocorridas na esfera do direito civil. O freio para ambos não se origina ao nível da consciência ética.

Na presença de uma aguda crise, que é fruto do descompasso entre o desenvolvimento da sociedade brasileira em todos os aspectos (econômicos, sociais etc) e as instituições que regulam a vida social, a ausência de moderadores internos provoca uma sensação de desregramento e uma reação que, se bem que comum à maioria da população, é antes individual do que coletiva.

A indignação é conjugada na primeira pessoa contra o coletivo. O Estado é percebido apenas por seus aspectos deletérios sendo um elemento a ser negado. A ausência de uma ética que transforme ações individuais em imediatamente sociais, que transforme o indivíduo em

cidadão, faz com que a raiva nos empurre para um horizonte nebuloso de soluções, onde tudo muda de sentido conforme o ponto de vista.

Marcio Henrique Monteiro de Castro

Funcionário do BNDES e Doutor pela UNICAMP